



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO

## RELATÓRIO

## RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA - RAINT

## 1. Introdução

A emissão deste relatório atende às orientações emanadas pelo TCU no sistema e-Contas e tem o propósito de fornecer informações consideradas essenciais e relevantes que serão analisadas e incorporadas no relatório a ser emitido pela Secretaria de Auditoria Interna - Secau para posterior remessa ao TCU no sistema e-Contas.

## 2. Demonstração da execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT)

O PAINT 2019 elencou 26 atividades a serem desenvolvidas no exercício, dessas 22 puderam ser executadas dentro do exercício, totalizando um percentual de conclusão de 84,62%. Das 4 atividades não executadas dentro do exercício de 2019, 2 estão em andamento (Auditoria sobre a folha de pagamento está prevista para ser concluída em março/2020; monitoramento da SCI quanto ao cumprimento do Acórdão 1832/2018 - TCU Plenário que avalia o grau de aderência do portal da SJMT na internet prevista para o fim de fevereiro), 1 será executada em 2020 (auditoria sobre a conformidade dos cálculos de retenções mensais de encargos trabalhistas e liberação de valores da conta vinculada prevista para final de maio) e 1 não será concluída (auditoria de aposentadorias e pensões).

Dentre os documentos gerados no ano de 2019 destaca-se, dentre outros, a emissão de 170 análises de processos, 84 pareceres, 70 encaminhamentos, 40 informações, 13 solicitações de auditoria e 1 consulta.

O quadro abaixo demonstra a execução do PAINT 2019.

Quadro 01 - Demonstrativo da execução do PAINT 2019

AÇÃO DE AUDITORIA	TIPO	CONCLUÍDO?	JUSTIFICATIVA	PRINCIPAIS CONCLUSÕES	PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
Prestação de apoio técnico e consultoria aos gestores na elaboração dos relatórios que compõem a prestação de contas anual	Consultoria	Sim		No ano de 2018 houve uma menor atuação da unidade de Auditoria Interna na prestação de apoio técnico e consultoria, em decorrência da maturidade dos gestores e da nova metodologia adotada pelo Tribunal para consolidação das informações do Relatório de Gestão.	Não se aplica.	Não se aplica.
Elaboração das peças sob responsabilidade da Unidade de Controle Interno que compõem o processo de prestação de contas referente ao exercício 2018.	Auditoria 0002249-21.2019 4.01.8009	Sim		1. Inconsistências no Rol de Responsáveis; 2. Pagamento de substituição em dia de afastamento ou licença do substituto; 3. Informação equivocada dos dias de serviços externos prestados pelos oficiais de justiça, resultando no pagamento da indenização de transporte em dia de afastamento ou licença do servidor; 4. Início da designação e dos efeitos financeiros da função de confiança ou cargo em comissão em dia de afastamento do servidor designado; 5. Necessidade exclusão da planilha de formação de custos do auxílio funeral; 6. Necessidades de ajustes e atualizações no portal da transparência.	1. Atualização periódica do Rol de Responsáveis; 2. Adoção da rotina de conferência periódica pela Secap do relatório "Substituição de Funções Importadas" e do relatório "Afastamentos, Licenças e Concessões" na ocasião do recebimento das informações de afastamentos oriundos da Sebes, comunicando a Sepag em caso de reflexos financeiros; 3. Adoção de medidas que visem aprimorar o controle interno do processo de gestão de indenização de transporte, especialmente na fase de emissão do relatório de serviços externos; 4. Adoção da rotina de conferência periódica pela Secap do relatório Lista Funções Comissionadas por Servidor com data de Cadastro e do relatório Afastamentos, Licenças e Concessões na ocasião do recebimento das informações de afastamentos oriundos da Sebes; 5. Exclusão do custo auxílio funeral da planilha de formação de custos dos contratos de serviços. 6. Promover os ajustes necessários conforme levantamento realizado no questionário autos nº. 0006866-58.2018.4.01.8009, doc. nº. 7083469.	1. As inconsistências foram saneadas em 2019; 2. A rotina foi adotada; 3. Não houve resposta da unidade responsável (Nucju); 4. A rotina foi adotada; 5. As planilhas de custo foram ajustadas. 6. Em fase de implementação.
Ação Coordenada de Auditoria Contábil, Financeira, Orçamentária e Patrimonial com o CNJ	Auditoria 0005337-67.2019 4.01.8009	Sim		A gestão orçamentária, financeira e patrimonial da SJMT é eficaz, respeita a legalidade e ocorre conforme os limites fixados no orçamento, em consonância com as classificações orçamentárias vigentes, cumprimento de metas, execução de programas, bem como com os requisitos estabelecidos na legislação federal, nas Resoluções CNJ 195/2014 e 198/2014.	* as despesas primárias pagas nos exercícios financeiros de 2017, 2018 e 2019 foram compatíveis com a dotação orçamentária autorizada, não sendo necessária a adoção de qualquer providência;  * para o ano de 2020, os valores relativos a reajustes contratuais que excederem o limite orçamentário fixado devem ser compensados nos demais ajustes contratuais, ou ainda, nos itens do contrato repactuado, de modo a observar o percentual máximo para os reajustes; e  * os índices concernentes a reajustes estabelecidos em norma coletiva de trabalho devem obrigatoriamente ser aplicados mesmo quando superarem o IPCA, pois o limite orçamentário é fixado para o montante das despesas contratuais, e não para um contrato individualmente. Nesse caso, será	Providências necessárias para 2020. Será monitorado por esta unidade de auditoria interna o atendimento do limite durante o ano de 2020.

					necessário proceder adequações para que o montante total das despesas contratuais não ultrapasse o valor máximo apontado pelo Presidente do TRF 1ª Região na Circular Presi 8494401.	
Auditoria compartilhada com as Seccionais do AM, AP, MA, MT e RO em gestão de TI	Auditoria 0005312-54.2019 4.01.8009	Sim		Fragilidades na gestão de equipamentos	<p>1. Substituir monitores e computadores que estão fora de garantia pelos equipamentos novos existentes no depósito;</p> <p>2. Remover obstáculos que dificultam o acesso ao depósito de materiais;</p> <p>3. Definir, junto ao Núcleo de Tecnologia da Informação, forma de padronização de fixação das etiquetas com o número de tombo nos equipamentos de TI;</p> <p>4. Promover as medidas necessárias para que a Seção de Material e Patrimônio desempenhe as atribuições fixadas no regulamento de serviço, retirando das competências do Nutec o gerenciamento, o controle, a guarda, a distribuição e a movimentação física dos bens de TI;</p> <p>5. Contemplar, no inventário de necessidades do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, as necessidades relacionadas aos softwares mantidos pelas Secin (novos sistemas ou melhorias estruturantes);</p> <p>6. Capacitar os servidores que atuam na realização e gestão de contratos no tema MCTI-JF;</p> <p>7. Adequar os processos de contratação e gestão de contratos de TI para torná-los aderentes ao MCTI-JF.</p>	<p>1. Os monitores e computadores estão trocados mediante a continuação da realização de mutirões nas Varas e setores administrativos. A previsão de término de instalação de todos os equipamentos é até 20/02/2020;</p> <p>2. Todos os bens devem ser removidos daquele local até o final do próximo mês (20.02.2020);</p> <p>3. Será enviada sugestão pelo NUTEC para aprovação pelo NUCAF/SEMAP (prazo 24.01.2020);</p> <p>4. Os bens já estão sendo transferidos para a Seção de Material e Patrimônio. Também já está sendo desenvolvido um aplicativo que auxiliará na sistemática de solicitações entre NUTEC e SEMAP. Toda a transferência deverá ser finalizada até o dia 28/01, após o término de retirada dos bens de desfazimento de TI, prevista para 27/01, e que irá liberar espaço no depósito.</p> <p>5. O NUTEC/MT abrirá consulta às áreas de negócio sobre necessidades de melhoria nos softwares que serão incluídas em processo SEI próprio para essa finalidade.</p> <p>6. Tramitam no TRF diversos processos solicitando que seja ministrado curso de capacitação sobre o MCTI-JF. A previsão é de que seja realizado no primeiro semestre de 2020;</p> <p>7. A criação da SERTIC (Serviço de Suporte Administrativo de TI e Comunicação), com servidora formalmente designada para apoio na gestão de contratos de TI permitirá que a adesão ao MCTI-JF seja prontamente atendida.</p>
Ação Coordenada de Auditoria da Gestão Documental com o CNJ	Auditoria 0004369-71.2018 4.01.8009	Sim		<p>ACHADO 12. Ausência de instituição de banco de talentos e interesses;</p> <p>ACHADO 13. Movimentação de servidores desprovida de análise técnica das competências individuais registradas em banco de talentos e interesses;</p> <p>ACHADO 16. Ausência ou deficiência na avaliação de indicadores relativos à saúde de servidores e magistrados, com o objetivo de implantar ações preventivas e protetivas;</p> <p>ACHADO 19. Ausência ou deficiência no mapeamento dos processos críticos de trabalho do órgão.</p>	<p>12.1 Instituir um banco de talentos e interesses, de modo que tais informações estejam disponíveis aos gestores, a fim de permitir a análise técnica das competências individuais;</p> <p>13.1 Apresentar plano de ação, visando a realizar movimentação de servidores fundamentada em parecer técnico da área de gestão de pessoas, em que analisa as necessidades do órgão, as atribuições do cargo ou função e as competências individuais do servidor registradas em bancos de talentos e interesses;</p> <p>16.1 Elaborar indicadores relativos à saúde dos servidores e magistrados;</p> <p>16.2 Implementar ações preventivas e protetivas tomando por base os indicadores do item 14.1;</p>	<p>12. A supervisora da SEDER já está analisando projetos de outras Seccionais com o intuito de instituir o banco de talentos e interesses da SJMT, a partir de março/2020;</p> <p>13. Quanto a este item, a competência para realizá-la a movimentação é da SECAD e do DIREF, que quase sempre define as lotações de acordo com as vagas e não é solicitado parecer técnico do NUCRE;</p> <p>14. Foi realizado o projeto de Absenteísmo onde verificou-se afastamentos das mais diversas variedades, porém com indicadores de viroses, gripes, e outras doenças respiratórias que</p>

						<p>já são amparados com ações preventivas e protetivas de campanhas de saúde com palestras, vacinação, medição de pressão e glicose, bem como o reforço para que aumentasse o número de Exames Periódicos de Saúde;</p> <p>19. Neste ano foi realizado curso de Gestão de Riscos e o de Mapeamento de Processos que auxiliarão os supervisores a identificar os respectivos processos críticos de trabalho. A identificação dos processos críticos de cada seção está marcada para o dia 19/12/19 e o mapeamento desses processos críticos deverão ser realizados até o final do primeiro semestre do exercício de 2020.</p>
Auditoria sobre a conformidade dos cálculos de retenções mensais de encargos trabalhistas e liberação de valores da conta vinculada	Auditoria	Não	A reestruturação do Nuaud ocorreu de forma efetiva apenas em junho de 2019, com transferência da Secob e da servidora experiente em contabilidade para a área de execução, não havendo tempo hábil para treinamento do novo servidor.			
Auditoria preventiva em processos licitatórios selecionados	Auditoria 0005030-16.2019 4.01.8009	Sim	Porém, não ocorreu de forma preventiva em razão da ausência de Plano de Contratação e Aquisições em 2019.	<p>2.1. Deficiência no planejamento das contratações;</p> <p>2.2. Deficiência na pesquisa de preços;</p> <p>2.3. Falhas nos controles internos referentes aos procedimentos anteriores ao pagamento;</p> <p>2.4. Falhas nos controles internos referentes aos procedimentos posteriores ao pagamento.</p> <p>2.5. Ausência de tramitação anual.</p> <p>2.6. Deficiência na conciliação de contas de controle no SIAFI.</p> <p>2.7. Falha na fiscalização de contrato.</p> <p>2.8. Ausência de designação formal de fiscal de contrato.</p>	<p>2.1.7.1 Elaborar plano de ação para melhoria do planejamento das contratações, a fim de atender, no que for aplicável, as disposições da IN 05/2017, especialmente nos art. 20 e 21, fazendo constar nos processos de contratações os documentos relativos aos estudos preliminares, gerenciamento de riscos, documento para formalização da demanda e a designação formal da equipe de Planejamento da Contratação pela autoridade competente do setor de licitações.</p> <p>2.1.7.2 Elaborar o Plano Anual das Contratações e Aquisições 2020 e divulgá-lo no portal da Justiça Federal de Mato Grosso.</p> <p>2.2.7.1 Adequar os procedimentos de pesquisa de preços a fim de que nas contratações futuras de dispensa de licitação, sempre que possível, sejam utilizadas fontes diversificadas para pesquisa de preços de acordo com art. 2º da IN 05/2014, vez que o referido normativo não faz distinção de valor, excluindo da sua aplicação somente obras e serviços de engenharia (art. 5º IN 05/2014).</p> <p>2.2.7.2 Orientar a unidade competente quanto a necessidade de adoção de critérios fundamentados e descritos no processo administrativo para desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados, em atendimento ao disposto no art. 2º, § 5º da IN 5/2014.</p> <p>2.3.7.1 Aperfeiçoar os roteiros de conferência a fim de que nos processos originados das Subseções também haja controle quanto limite máximo da despesa por exercício (referente item 2.3.1.1 acima).</p> <p>2.3.7.2 Aperfeiçoar os roteiros de conferência a fim de que haja verificação da regularidade fiscal quanto ao FGTS no caso execução do objeto contratual e emissão do documento fiscal pela filial (referente item 2.3.1.2 acima).</p> <p>2.4.7.1 Considerando o achado em tela, bem como auditorias de exercícios anteriores no que tange às retenções de tributos, recomenda-se avaliar a viabilidade de elaboração de instrumentos de consulta para os executores quanto à retenção de</p>	Aguardando manifestação da área auditada quanto aos achados constantes no Relatório Preliminar de Auditoria.

					<p>tributos e a correta emissão das notas fiscais, bem como avaliar a criação de mecanismo de controle que permita a rápida identificação das retenções de tributos pelo setor que executa os pagamentos.</p> <p>2.5.7.1 Orientar os diretores de núcleo e servidores competentes para atendimento da tramitação anual, conforme disposto no art. 26 e § único da Portaria Presi 4 a fim de que seja autuado um novo processo para cada exercício para inserção de documentos do exercício de referência.</p> <p>2.6.7.1 Promover junto à unidade competente o ajuste da conta</p> <p>8.1.2.3.1.09.01 no Siafi relativo aos contratos citados no item 2.6.1.</p> <p>2.6.7.2 Implementar rotina periódica na unidade competente para acompanhamento da conciliação dos saldos das contas de controle no Siafi.</p> <p>2.7.7.1 Estabelecer critérios de fiscalização de contratos a fim de fortalecer o controle já existente.</p> <p>2.7.7.2 Averiguar a necessidade de disponibilização de uniformes aos funcionários no contrato 13/2016 em quantidades suficientes para cumprimento do contrato.</p> <p>2.8.7.1 Formalizar as designações de fiscal de contrato, fazendo-as constar nos futuros processos de despesas com contrato.</p>	
Folha de pagamento de pessoal ativo e inativo de magistrados e servidores	Auditoria 0006790-97.2019 4.01.8009	Não	Fase de emissão do Relatório Preliminar de Auditoria. Houve atraso na conclusão dos trabalhos em razão das análises despesas de exercícios anteriores e de haver apenas uma servidora lotada na Seaup. Previsão para término em março/2020.			
Inspeção em Almoxarifado	Acompanhamento	Sim		Foram verificados os Almoxarifados relativos aos materiais e bens de tecnologia da informação. O resultado dos trabalhos foram incorporados no Processo 0005312-54.2019.4.01.8009 de Auditoria compartilhada de gestão de TI		
Avaliação dos Controles Internos e da conformidade dos processos administrativos que tratam de concessão de pensão de magistrados e servidores, sujeitos a registro pelo TCU	Acompanhamento	Sim		Durante o exercício houve apenas uma concessão de pensão civil (PAE 0001586-72.2019.4.01.8009), sendo detectadas pequenas falhas que foram prontamente sanadas pela área competente.	<p>10.1 Proceder os ajustes na ficha e-pessoal para que conste todas as funções exercidas, como demonstrado no item 8.1 deste parecer;</p> <p>10.2 Averiguar a pasta funcional do ex-servidor e proceder os ajustes no sistema SARH, a fim de corrigir a concomitância citada no item 8.2 deste parecer.</p>	As recomendações foram atendidas prontamente.
Processos de Aposentadoria	Acompanhamento	Sim		Durante o exercício houve quatro concessão de aposentadorias relativos aos processos abaixo discriminados, sendo detectadas algumas falhas que foram prontamente sanadas pela área competente. 0001120-78.2019.4.01.8009 0001726-09.2019.4.01.8009 0001836-08.2019.4.01.8009 0004765-14.2019.4.01.8009	<p>Destaca-se abaixo a recomendação considerada mais relevante com reflexo no valor a ser concedido.</p> <p>13.2 - Alterar a fundamentação aplicada à aposentadoria por invalidez permanente da servidora, levando em consideração o art. 6º-A da EC 41/2003, acrescido pela EC 70/2012 e a forma de cálculo para encontrar novo valor dos proventos, conforme itens 7 a 11.</p>	Todas as recomendações ou apontamentos efetuados nos processos citados foram prontamente atendidos pela área competente.
Diligências do TCU relacionadas à folha de pagamento de magistrados e servidores do Tribunal	Acompanhamento	Sim		Não houve diligências do TCU direcionadas a esta Seccional no ano de 2019. Mas com relação aos indícios de irregularidades na folha de pagamento no sistema e-pessoal do TCU foram atuados 8 processos que seguem listados abaixo: 0007481-14.2019.4.01.8009 0007478-59.2019.4.01.8009 0007474-22.2019.4.01.8009 0007473-37.2019.4.01.8009 0007472-52.2019.4.01.8009 0007467-30.2019.4.01.8009 0006233-13.2019.4.01.8009		Todos os indícios do ano de 2019 foram devidamente esclarecidos, sendo que a maioria já foram arquivados ou estão em monitoramento pelo TCU.

				0001200-42.2019.4.01.8009		
Concessão e pagamento de auxílio-funeral e auxílio-moradia	Acompanhamento	Sim		Não foram detectadas irregularidades.		
Pagamento de substituição, indenização de transporte e designação e dispensa	Acompanhamento	Sim		As constatações foram incorporadas ao processo 0006790-97.2019.4.01.8009 de auditoria da folha de pagamento, que está na fase de emissão do Relatório Preliminar de Auditoria.		
Acertos decorrentes de desligamento e pagamentos realizados no exercício	Acompanhamento	Sim		Durante o exercício foram analisados os processos abaixo, sendo detectadas pequenas falhas que foram prontamente sanadas pela área competente. 0000186-23.2019.4.01.8009 0000187-08.2019.4.01.8009		
Concessão e prestação de contas de diárias	Acompanhamento	Sim		As constatações foram incorporadas ao processo 0006790-97.2019.4.01.8009 de auditoria da folha de pagamento, que está na fase de emissão do Relatório Preliminar de Auditoria.		
Cessão/Requisição de servidores de outros órgãos	Acompanhamento	Sim		As constatações foram incorporadas ao processo 0006790-97.2019.4.01.8009 de auditoria da folha de pagamento, que está na fase de emissão do Relatório Preliminar de Auditoria.		
Pagamento de exercícios anteriores	Acompanhamento	Sim		Durante o exercício de 2019 foram analisados 32 processos de DEA, sendo detectadas em sua maioria pequenas falhas nos cálculos, sendo todas as recomendações atendidas prontamente pela área competente. Os processos analisados constam vinculados no PAE 0000464-24.2019.4.01.8009 (31 processos vinculados) e 0002966-33.2019.4.01.8009.		
Gestão e pagamento de obras e serviços de engenharia	Acompanhamento	Sim		No ano de 2019 foram emitidos 70 pareceres relativos às despesas com obras e serviços de engenharia. A maioria das recomendações referem-se aos documentos mensais de pagamento, aos registros no Siafi e à apólice de seguro.	Dentre as recomendações expedidas destaca-se: 1. Proceder ajustes no edital de licitação a fim de ampliar a competitividade; 2. Adoção de medidas para apuração da responsabilidade da contratada prevista em contrato pela não entrega do objeto dentro do prazo de execução dos serviços; 3. Atuação célere no processo de gestão das penalidades a fim de possibilitar a sua execução dentro da vigência da garantia prestada e, em sendo possível, antes dos pagamentos dos créditos da contratada, e de acordo com o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 86 da Lei 8666/93. 4. Adotar metodologia de controle da vigência do seguro contratual, que pode ser, por exemplo, a inserção de item de controle sobre o seguro do contrato no documento de Conferência da Seoci 8635267.	Todas as recomendações ou apontamentos efetuados nos processos citados foram prontamente atendidos pela área competente.
Gestão das aquisições por dispensa e inexigibilidade de licitação	Acompanhamento	Sim		As constatações foram incorporadas ao processo 0005030-16.2019.4.01.8009 de auditoria de licitações que está na fase de manifestação da área auditada quanto ao Relatório Preliminar de Auditoria.		
Demonstrações contábeis	Acompanhamento	Sim	O acompanhamento deixou de ser executado por esta unidade com a			

			transferência da Secob para área de execução em junho/2019.		
Auditoria de Conformidade dos Pagamentos de Aposentadorias e Pensões	Monitoramento 0004480-55.2018 4.01.8009	Não	A auditoria foi interrompida para execução de outros trabalhos.		
Solicitação de Controle Interno quanto ao cumprimento do Acórdão 1832/2018 - TCU Plenário que avalia o grau de aderência do portal da SJMT na internet	Monitoramento 0006866-58.2018 4.01.8009	Não	Ainda está em fase de implementação pela Administração. Será objeto de monitoramento em 2020.		
Auditorias de exercícios anteriores a 2018 que permanecem com providências a serem implementadas	Monitoramento	Sim		Foram monitorados 5 processos de auditorias anteriores, sendo constatado que todas as recomendações foram atendidas, não havendo pendências para acompanhamento: 0000790-18.2018.4.01.8009 0003417-97.2015.4.01.8009 0007040-04.2017.4.01.8009 0000630-61.2016.4.01.8009 0001675-32.2018.4.01.8009 Contudo, restaram para monitorar em 2020, os seguintes processos, em razão ainda haver necessidade de acompanhamento: 0007173-46.2017.4.01.8009 0001896-49.2017.4.01.8009 0000549-49.2015.4.01.8009 0000530-43.2015.4.01.8009	
Solicitação de Controle Interno expedidas pela Sevan no acompanhamento da gestão do exercício de 2018	Monitoramento	Sim		Houve 4 SCI em 2018 expedidas pela Sevan, atual Seaup: 0003833-60.2018.4.01.8009 0000790-18.2018.4.01.8009 0000913-16.2018.4.01.8009 0001044-88.2018.4.01.8009	Todas as recomendações ou apontamentos efetuados nos processos citados foram atendidos pela área competente.
Solicitação de Controle Interno expedidas pela Secob no acompanhamento da gestão do exercício de 2018	Monitoramento	Sim		Com a migração da pasta da Secob no Sei para a área de execução não foi possível precisar quais os processos monitorados. Todavia, é do conhecimento deste núcleo que não restou pendências para acompanhamento da Secob do ano de 2018.	

### 3. Monitoramento

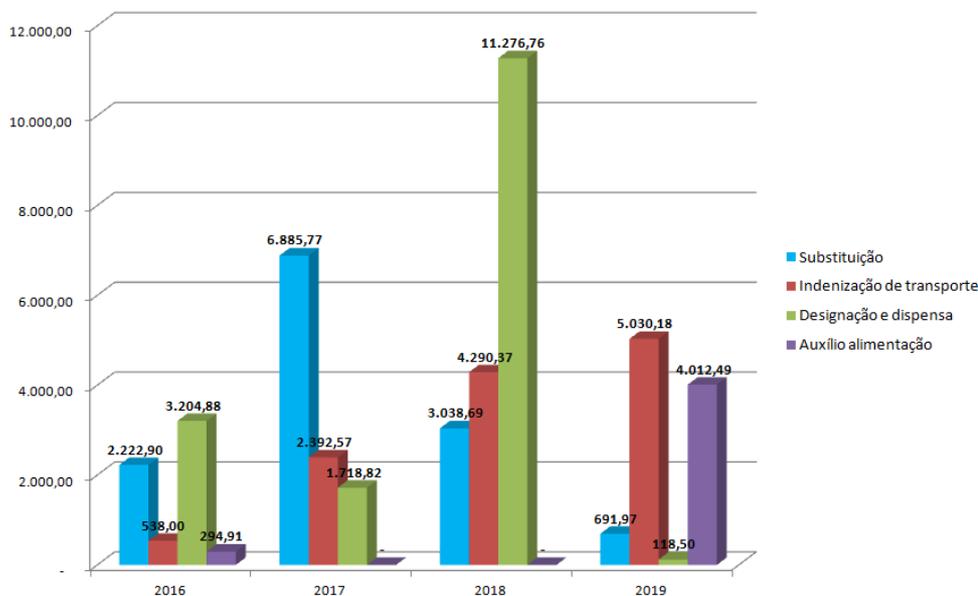
Não há sistema informatizado para monitoramento das recomendações. O acompanhamento da implementação das recomendações ocorre nos próprios processos que originaram a recomendação e periodicamente essas informações são alimentadas em planilha do Excel que tem por objetivo viabilizar o controle das recomendações e eventual efeito financeiro.

Desde 2016 este núcleo passou a acompanhar o comportamento dos valores de devolução ao erário relativos aos achados de auditorias da folha de pagamento, a fim de propor melhorias nos controles internos e observar o resultado da implementação das propostas.

Os benefícios financeiros vem sendo gradativamente medidos. Dessa forma, nem todos os benefícios financeiros e não financeiros foram apurados nos últimos anos.

O gráfico abaixo demonstra o comportamento das devoluções ao erário desde 2016 até 2019 relativas às despesas que mais demandaram recomendações deste núcleo. Os valores apurados em 2018 e 2019 ainda podem sofrer pequenas variações, visto que ainda estão em andamento.

**Gráfico 01 - Demonstrativo das devoluções ao erário**



Considerando apenas as principais despesas da folha de pagamento, a soma total estimada de recuperação financeira de 2016 a 2019 é de R\$ 45.716,81, e de 2019, apenas, é de R\$ 9.853,14.

Cabe destacar que em 2016 este núcleo detectou falha nos cálculos de gratificação por exercício cumulativo de jurisdição - Gaju que repercutiu em pagamento complementar aos magistrados de R\$ 39.195,22 no total.

A análise de alguns valores demonstrados no gráfico 01 acima, permite notar que as fragilidades relativas às despesas com substituição e designação e dispensa vem diminuindo consideravelmente em decorrência de novas sistemáticas de controle recomendadas por este núcleo e adotadas pela área auditada.

Não obstante isso, observa-se que as fragilidades na gestão das despesas com indenização de transporte vem aumentando ano após ano, o que demonstra que não houve mudança efetiva nos procedimentos de controle e falta de comprometimento, situação que pode ensejar responsabilização da unidade auditada.

Com relação às análises de despesas de exercícios anteriores - Dea, foram diversos os benefícios financeiros, porém, diante da dificuldade de contabilizar todos eles seguem os de valores mais expressivos: recuperação de R\$ 11.807,08 pago indevidamente à pensionista Ederliza e de R\$ 12.864,49 pago indevidamente à pensionista Anabel, detectado por meio da análise do PAE 0006765-21.2018.4.01.8009, que ao total importam em R\$ 24.671,57.

Houve diversos outros benefícios financeiros porém não contabilizados, como por exemplo suspensão de pagamento continuado indevido de auxílio funeral em planilha de custo e formação de preços, exclusão do aviso prévio indenizado a partir do segundo ano de vigência do contrato, ajustes nas minutas dos editais de licitação, recuperação de créditos da união com ex-servidores, dentre outros.

Abaixo segue quadro resumo dos benefícios financeiros e não financeiros que foram possíveis de serem apurados.

#### Quadro 02 - Benefícios Financeiros Apurados em 2019

Benefícios financeiros	TOTAL
Recuperação de valores pagos indevidamente na folha de pagamento (principais despesas) *	9.853,14
Recuperação de valores por meio de análise de DEA (apenas 2 casos foram somados)	24.671,57
<b>TOTAL</b>	<b>34.524,71</b>

Fonte: Controle das recomendações da Auditoria Interna de 2019 e processos no sistema Sei.

\* Valor estimado, sujeito a pequenas variações.

#### Quadro 03 - Benefícios Não Financeiros Apurados em 2019

Benefícios não financeiros – Impactos positivos na Gestão	Setor
Adoção de ajustes nos roteiros de conferência do executor	Nucaf
Solicitação do gestor para abertura de procedimentos para abertura apuração de responsabilidade	Seoci
Implementação de recomendação para adequação das minutas dos editais de licitação para contratação de serviços continuados a fim de excluir item aviso prévio indenizado da planilha de custos e formação de preços a partir do segundo ano do contrato.	Seoci
Implementação das recomendações emitidas o que possibilitou significativas melhorias na gestão das despesas com substituição e designação e dispensa	Sebes, Secap e Sepag
Implementação de recomendações referentes à retenções tributárias	Seofi
Implementação de recomendações referentes à gestão de bens de TI	Nutec/Semap

#### 4. Demonstrativo das recomendações

No ano de 2019 foram expedidas 315 recomendações, dessas 231 tem natureza corretiva e 85 preventiva. Abaixo segue quadro resumo demonstrativo das recomendações.

Quadro 04 - Resumo das recomendações

Controle de Recomendações 2019	TOTAL	%	Atualização
Recomendações expedidas	315	100%	10/02/2020
Recomendações implementadas	220	69,84%	10/02/2020
Recomendações não implementadas	45	14,29%	10/02/2020
Recomendações em implementação	15	4,76%	10/02/2020
Recomendações não mais aplicáveis	25	7,94%	10/02/2020
Recomendações justificadas	10	3,17%	10/02/2020

Das 45 recomendações não implementadas, 21 tiveram prazo estabelecido para cumprimento (45 dias) e estão com prazo expirado, as demais não tiveram prazo estabelecido.

Considerando a dimensão da planilha de controle de recomendações, optou-se por demonstrar nestes autos apenas o quadro resumo acima. No entanto, o controle na íntegra, com todas as recomendações, manifestações da área auditada e conclusões da equipe de auditoria, pode ser acessado pelo documento 9760561.

#### 5. Fatos, premissas, restrições e limitações

A Administração desta Seccional sempre colaborou na execução das atividades do PAINT, não sofrendo limitações ou restrições advindas das unidades auditadas que pudessem interferir negativamente na execução dos trabalhos.

Todavia, outros fatores foram limitadores, como:

- a falta de sistemas gerenciais, softwares de auditoria e melhores ferramentas de trabalho;
- a carência de servidores na unidade de auditoria interna (apenas 4 servidores, sendo que um deles usufrui do direito de carga horária reduzida de 4 horas);
- restrições orçamentárias que impactaram negativamente nas ações de capacitação e no campo de atuação das auditorias;
- saúde do servidor debilitada em razão de sobrecarga de trabalho, stress, cadeiras e mesas não ergonômicas que não se ajustam às necessidades individuais do servidor e outros problemas não relacionados ao trabalho, impactando em 50 dias de afastamento de servidor para tratar da própria saúde no ano de 2019.

Cabe destacar que a reestruturação dessa unidade em Auditoria Interna somente se deu em 30.04.2019 por meio da Portaria SJMT-Diref 8076928, publicada em 30.04.2019 8093248. No entanto, a transferência efetiva da Seção de contabilidade para a área de execução e a chegada de novo servidor para a unidade de auditoria interna ocorreu apenas em junho de 2019, não refletindo aumento efetivo da força de trabalho.

#### 6. Demonstrativo do pessoal da Auditoria Interna

O Núcleo de Auditoria Interna - Nuaud é composto de duas seções, sendo elas a Seção de Auditoria de Gestão Administrativa - Seaug e a Seção de Auditoria e Gestão de Pessoas. A força de trabalho é representada por 4 servidores, ocupantes de 1 FC-06 e 2 FC-05.

Abaixo segue quadro demonstrativo das ações de capacitação do pessoal da auditoria interna.

**Quadro 05 - Ações de capacitação por servidor**

Nome	Unidade	Ação de capacitação	Tema	Carga horária	Total
Sandra Bacani	Nuaud	Curso Gestão Tributária de Contratos e Convênios	Gestão Tributária	24h	49
		Curso Como se formam e atuam as equipes de alto desempenho	Liderança	15h	
		Gestão de riscos na administração pública	Gestão estratégica de processos	10h	
Crislaine Aparecida Mendes dos Santos	Nuaud	Curso Inteligência emocional para gestores	Desenvolvimento gerencial	16h	60
		Excel Básico	Informática instrumental	12h	
		Oficina de mapeamento de processos	Desenvolvimento de processos	12h	
		Gestão de riscos no setor público	Gestão estratégica de processos	20h	
Francisca Evanilda Lima	Seaup	Curso Inteligência emocional para gestores	Desenvolvimento gerencial	16h	38
		Excel Básico	Informática instrumental	12h	
		Gestão de riscos na administração pública	Gestão estratégica de processos	10h	
Ariel Afonso Pinho	Seaug	Fiscalização de obras e serviços de engenharia: o que todo fiscal precisa saber	Direito	16h	50
		Excel Básico	Informática instrumental	12h	
		Oficina de mapeamento de processos	Desenvolvimento de processos	12h	
		Gestão de riscos na administração pública	Gestão estratégica de processos	10h	
				<b>TOTAL</b>	<b>197</b>

**Sandra Bacani**  
Diretora do Nuaud-MT



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Bacani, Diretor(a) de Núcleo**, em 11/02/2020, às 20:00 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **9703283** e o código CRC **9F3A3A8C**.